

# Edital 6/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL /AC	JANIO DA CUNHA BASTOS	26/02/2024 17:41 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23107.033556/2023-94

## 1. Do objeto

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024

(Processo Administrativo nº 23107.033556/2023-94)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Acre, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário – BR 364, KM 04, Bairro Distrito Industrial, CEP: 69.920-900, através de seu Pregoeiro e sua equipe de apoio nomeados pelas Portarias nº 977 e 2.285 ambas de 17/03/2023 e 07/06/2023, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/03/2024 às 11h (horário de Brasília)

UASG: 154044

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para o Restaurante Universitário do Campos Reitor Áulio Gélio Alves de Sousa da Universidade Federal do Acre - UFAC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. Do registro de preços

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. Da participação na licitação

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

*3.5. Com exceção dos itens 14 e 29, a participação nos demais itens é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no** artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

*3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1. valor unitário e total do item;**

5.1.2. Marca;

**5.1.3. Fabricante;**

**5.1.4. Quantidade cotada,** devendo **respeitar o mínimo de .....**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante [NÃO] poderá** oferecer **proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação** ;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.10.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.10.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)..
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

### 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. Da fase da habilitação

### 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio autorizado por lei.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. Da ata de registro de preços**

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata .

10.2.1 .A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2..2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. Dos recursos**

### **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.ufac.br/cpl](http://www.ufac.br/cpl).

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

### **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.**

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

### **13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail [cpl@ufac.br](mailto:cpl@ufac.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Campus Universitário, BR 364, KM 04, Sala da Comissão Permanente de Licitação, Bloco José Guimard dos Santos (Reitoria).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. Das disposições gerais**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.ufac.br/cpl](http://www.ufac.br/cpl).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Rio Branco, Acre, 07/02/2024

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TONE ELI DA SILVA ROCA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/02/2024 às 17:41:37.

**JANIO DA CUNHA BASTOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 26/02/2024 às 17:37:00.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR9\_2024.pdf (200.51 KB)
- Anexo II - ETP134\_2023.pdf (193.7 KB)
- Anexo III - SEI\_UFAC - 1175040 - Minuta de Contrato.pdf (1.11 MB)
- Anexo IV - SEI\_UFAC - 1175039 - Minuta de Ata de Registro de Precos.pdf (1.04 MB)

**Anexo I - TR9\_2024.pdf**

# Termo de Referência 9/2024

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
9/2024	154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC	EVERTON FIDELIS DA SILVA	01/02/2024 14:23 (v 1.0)
<b>Status</b>	ASSINADO		

## Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23107.033556/2023-94

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para o Restaurante Universitário do Campos Reitor Áulio Gélío Alves de Sousa da Universidade Federal do Acre - UFAC, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), justificado por enquadrar-se na hipótese do art. 40 Inc. II e nas condições do art. 82 parágrafo 5º, ambos da Lei nº14.133/2021, e previstas no Art. 3º, Inc. II, do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	283054	Detergente sólido alcalino para máquina de lavar louça industrial, para lavagem de louças, porcelanas, plásticos e demais utensílios através de máquina de lavar louças. aplicação: remoção de gorduras, amidos e resíduos de proteína em máquina de lavar louça industrial; aspecto: sólido; PH: 12,0 a 15,0; composição química: tensoativo não iônico, agente sequestrante, agente alcalinizante princípio ativo: (1%) - 8,0 - 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água; Cápsula de 4 kg.	Cáp	96	R\$ 272,75	R\$ 26.184,00
2	282917	Aditivo de secagem para máquina de lavar louças industrial, aditivo de secagem rápida de utensílios; aspecto: líquido; composição química: tensoativo não iônico, amina graxa de coco propoxi-etoxilada, polímero de bloco polietoxi-polipropox e solvente; concentração de uso: 0,2 a 1,0 ml p/ litro de água, ou 1,0 a 2,0 ml p/ gaveta; Bombona de 5 L.	Bb	48	R\$ 138,18	R\$ 6.632,64



3	296365	Detergente desengordurante não cáustico, aplicação Limpeza de fornos, chapas, coifas sem a necessidade de uso de EPI, não caustico, seguro para a utilização em alumínio; aspecto líquido; PH: 10,0 a 12,5; composição química: tensoativo aniônico e agente sequestrante; princípio ativo; sal de ácido sulfônico linear, sal de ácido glucônico; concentração de uso: 150 a 300 ml por litro de água; Frasco com 1 litro.	Fr.	96	R\$ 36,06	R\$ 3.461,76
4	416421	Sanitizante clorado para frutas, verduras, legumes e utensílios, Aplicação: desinfecção em cozinhas industriais; aspecto: pó; PH (1%) - 8,0 - 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água; Balde de 5 kg.	Balde	24	R\$ 139,95	R\$ 3.358,80
5	456546	Desinfetante Quaternário líquido concentrado, Aplicação: desinfetante a base de quartenario de amonia, para higienização de câmaras frigoríficas, lixo, superfícies e equipamentos; aspecto líquido; PH: 11,5 a 14,5; composição química: tensoativo não aniônico, agente germicida, sequestrante, umectante e alcalinizante; princípio ativo quartenário de amonia e Cloreto de benzalcóneo; Concentração de uso: 4,0 a 6,0 ml por litro de água; Bombona de 5 litros.	Bb	24	R\$ 72,05	R\$ 1.729,20
6	605423	Limpador, desengordurante e desinfetante para uso geral , limpador, desinfetante e desengordurante enzimático para limpeza de pisos sem enxague (limpa, sanitiza com ação desengordurante em uma única etapa). eficiência comprovada na redução de carga microbiana frente aos microrganismos staphylococcus aureus, salmonella choleraesuis e lysteria monocytogenes, PH 7,0 a 9,0, composição química alcoois graxos etoxilados, alquil propil glucósidos e ácido bórico. Concentração de 15 a 18 ml por litro de água; embalagem. Bombona de 5 litros.	Bb	48	R\$ 103,94	R\$ 4.989,12
		Sabonete antisséptico para higienização das mãos com triclosan, aplicação limpeza e assepsia das mãos com eficácia contra um amplo espectro de micoorganismos				

7	463131	(Staphylococcus aureus, Escherichia coli, Pseudomonas aeruginosa, e Salmonella choleraesuis); estado físico: líquido viscoso; PH: 5,0 a 8,0; composição química: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, tensoativo anfótero e agente bactericida; princípio ativo: Triclosan; concentração de uso: puro; Galão de 5 litros.	GI	72	R\$ 63,72	R\$ 4.587,84
8	380018	Gel higienizante para as mãos, aplicação higienização das mãos com ação bactericida e rápida evaporação sem deixar resíduos; estado físico líquido; PH%: 6,0 – 9,0; Composição química: agente bactericida, expessante, umectante; princípio ativo: álcool etílico; Galão de 5 litros.	GI	42	R\$ 42,72	R\$ 1.794,24
9	228220	Óleo Polidor e Protetor para Inox, aplicação para proteção e polimento para superfície de aço inox, alumínio e peças cromadas; faixa de concentração de uso: puro; aspecto líquido; PH de 6,0 a 9,0. Frasco de 1 litro.	Und.	30	R\$ 137,45	R\$ 4.123,50
10	310507	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Cx	104	R\$ 56,37	R\$ 5.862,48
11	481012	Álcool à 70º límpido, isento de partículas de suspensão (líquido). Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Cx	160	R\$ 89,94	R\$ 14.390,40
12	253711	Balde de plástico rígido, com capacidade para 12L. Dimensões: 328x299x294mm. Embalagem: Unidade com capacidade para 12 l.	Und.	40	R\$ 15,08	R\$ 603,20
13	392730	Bombona, com duas alças para transporte na parte superior, com tampa removível, capacidade de 100 litros, material polietileno, aplicação transporte de resíduos, Cor Preta Ou Azul.	Und.	12	R\$ 367,85	R\$ 4.414,20
14	612245	Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Cx	540	R\$ 153,33	R\$ 82.798,20

15	612245	<b>COTA RESERVADA:</b> Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Cx	180	R\$ 153,33	R\$ 27.599,40
16	612246	Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 50 ml. Embalagem: Caixa contendo 50 pacotes com 100 unidades.	Cx	100	R\$ 139,92	R\$ 13.992,00
17	382741	Desinfetante sanitário líquido, bactericida, com aroma de eucalipto ou lavanda. Embalagem: Galão contendo 5l (mínima).	Gl	48	R\$ 19,42	R\$ 932,16
18	234325	Detergente em pó, específico para lavagem de roupas em máquinas. Embalagem: unidade de 500 g.	Und.	624	R\$ 6,92	R\$ 4.318,08
19	249894	Detergente líquido, inodoro, neutro, específico para lavagem manual de utensílios de aço inox, plásticos, vidros e porcelanas. Embalagem: Caixa contendo 24 frascos de 500 ml.	Cx	500	R\$ 59,30	R\$ 29.650,00
20	481020	Esponja dupla face (Fibra e Espuma). Embalagem: Fardo contendo 10 unidades.	Frd.	300	R\$ 14,75	R\$ 4.425,00
21	312293	Escova de plástico para higienizar alimentos, ergonômica, com cerdas duras e macias. Embalagem: Unidade.	Und.	220	R\$ 12,14	R\$ 2.670,80
22	609106	Escova de plástico, com cabo longo de 45 cm, para limpeza em geral. Embalagem: Unidade.	Und.	50	R\$ 24,38	R\$ 1.219,00
23	444268	Escova para limpeza de vidrarias e tubos de ensaio com diâmetro 10mm de comprimento total 250mm. Unidade	Und.	30	R\$ 10,85	R\$ 325,50
24	481018	Esponja lã de aço pacote. Embalagem: Fardo contendo 14 Pacotes com 08 unidades.	Frd.	108	R\$ 46,41	R\$ 5.012,28
25	458151	Fibra uso geral, constituída por fibra sintética com mineral abrasivo, dimensões mínimas de 100mm x 230mm. Embalagem: Fardo contendo 10 unidades (mínimo).	Frd.	30	R\$ 22,22	R\$ 666,60
26	377793	Filme plástico pvc para alimentos, rolo grande com medidas aproximadas de 60cmx700metros.	Und.	24	R\$ 115,41	R\$ 2.769,84
27	432871		Und.	200	R\$ 10,43	R\$ 2.086,00

		Flanela de microfibra para limpeza, dimensões mínimas: 36x36cm. Embalagem: unidade.				
28	419988	Frasco plástico, branco ou transparente, com sistema borrifador e capacidade de armazenamento para 500 mL (no mínimo).	Und.	40	R\$ 12,11	R\$ 484,40
29	231463	Guardanapo de papel, cor branca, folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Pacotes com 50 unidades.	Pct.	22.500	R\$ 3,66	R\$ 82.350,00
30	231463	<b>COTA RESERVADA:</b> Guardanapo de papel, cor branca, folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Pacotes com 50 unidades.	Pct.	7.500	R\$ 3,66	R\$ 27.450,00
31	308249	Luva de segurança amarela, confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho M.	Par	360	R\$ 5,24	R\$ 1.886,40
32	308249	Luva de segurança amarela, confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho G.	Par	360	R\$ 5,71	R\$ 2.055,60
33	383407	Luva de procedimento descartável não cirúrgico, de nitrilo, sem pó, tamanho M. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Cx	20	R\$ 29,32	R\$ 586,40
34	383406	Luva de procedimento descartável não cirúrgico, de nitrilo, sem pó, tamanho G. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Cx	20	R\$ 29,30	R\$ 586,00
35	307270	Máscara dupla descartável, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Pct.	4	R\$ 25,90	R\$ 103,60
36	229835	Pá coletora do tipo canguru, com rodinhas. Dimensões: 27,5cm x 27,5cm x 12cm. Embalagem: Unidade.	Und.	12	R\$ 63,58	R\$ 762,96
37	445781	Pá plástica coletora para lixo, sem tampa, com cabo ergonômico de alumínio de rosquear. Dimensões aproximadas: 30 cm (comprimento) x 30 cm (largura) x	Und.	24	R\$ 34,25	R\$ 822,00

		14 cm (altura). Comprimento aproximado do cabo: 80 cm.					
38	470827	Pá com escova, de PVC, com borracha flexível, medidas mínimas: Escova - 24,5cm x 4cm x 8,5cm, Pá - 23,5cm x 32cm x 12cm.	Und.	24	R\$ 38,36	R\$ 920,64	
39	479517	Pano Semi-descartável. Embalagem: Pacote contendo 58 panos.	Pct.	104	R\$ 15,53	R\$ 1.615,12	
40	345985	Pano Limpeza tipo saco alvejado, comprimento de 35cm x 56cm. Embalagem: Unidade.	Und.	96	R\$ 4,44	R\$ 426,24	
41	357462	Pano de Chão Alvejado, tamanho: 80x90. Embalagem: Unidade	Und.	270	R\$ 9,66	R\$ 2.608,20	
42	314743	Papel higiênico, com folha simples, neutro. Dimensões 30cm x10cm. Pacote contendo 4 rolos.	Pct.	200	R\$ 5,72	R\$ 1.144,00	
43	391712	Pastilha de cloro para tratamento de reservatório de água com teor de Cloro Ativo de 50% p/p. pastilha de 20 g. Pacote com 50 pastilha de 20g.	Pct.	3	R\$ 55,96	R\$ 167,88	
44	253025	Rodo plástico, confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 80 cm. Embalagem: unidade	Und.	40	R\$ 37,83	R\$ 1.513,20	
45	253025	Rodo plástico, confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 60 cm. Embalagem: unidade.	Und.	40	R\$ 30,38	R\$ 1.215,20	
46	238156	Sabão Glicerinado em Barra. Embalagem: Pacote contendo contendo 5 unidades de 200g	Pct.	850	R\$ 12,32	R\$ 10.472,00	
47	391819	Saco estéril com tarja de identificação, adequadas para coleta e armazenagem de alimentos, água e matéria prima, líquidas, semi-sólidas ou sólidas, com capacidade mínima de 532 ml. Pacote com 500 unidades.	Pct.	10	R\$ 826,50	R\$ 8.265,00	
48	307144	Saco transparente de 05 kg. Pacote contendo 1 kg.	Pct.	10	R\$ 35,39	R\$ 353,90	
49	309100	Saco transparente de 10 kg. Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Pct.	30	R\$ 43,92	R\$ 1.317,60	
50	332023	Saco transparente de 20 kg. Embalagem: Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Pct.	20	R\$ 65,50	R\$ 1.310,00	

51	481229	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Pacote com 100 unidades com capacidade para 30L.	Pct.	5	R\$ 53,94	R\$ 269,70
52	245714	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Fardo com 100 unidades com capacidade para 150L.	Frd.	30	R\$ 100,77	R\$ 3.023,10
53	307322	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Fardo com 50 unidades com capacidade para 200L.	Frd.	150	R\$ 89,03	R\$ 13.354,50
54	308569	Touca descartável, com elástico revestido, tamanho único, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Pct.	5	R\$ 13,59	R\$ 67,95
55	285634	Vassoura: com cerdas sintéticas em polietileno, com cabo de polietileno, ou metal revestido com polietileno ou madeira revestido com polietileno. Produto leve, reduzindo o esforço durante a limpeza. Base de polietileno medindo 270 mm de comprimento Cerdas sintética de 115 mm. Apresentar amostra.	Und.	150	R\$ 35,58	R\$ 5.337,00
56	307429	Vassoura tipo escovão, confeccionada em material de plástico ou metal, com cerdas de nylon. Medidas aproximadas da unidade: 25 cm (largura) x 8,6 cm (altura sem o cabo) x 4,2 cm (profundidade).	Und.	24	R\$ 16,50	R\$ 396,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 431.460,83</b>

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.

1.3. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. As especificações do(s) produto(s), estão em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

1.6. No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir no valor real cada item, tais como frete, impostos, taxas, encargos, enfim, todos os diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca de produto dentro do prazo de garantia, caso necessário.

1.7 Conforme a legislação vigente, em licitação ou itens de valor correspondente a até R\$ 80.000,00 deve ser garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

1.8 Logo, todos os itens, exceto os itens 14 e 29, serão para participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP).

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023.

2.3. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.3.1 Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de condicionamento, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

#### Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos, apenas pode apresentar marcas ou modelos como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto.

#### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar- ETP, elaborado para a contratação.

4.6.1 A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

##### 5.1.LOCAL/HORÁRIO

5.1.1 Os materiais solicitados, relacionados neste Termo de Referência, deverão ser entregues no Almoarifado da **Universidade Federal do Acre – UFAC (Campus Rio Branco)**: Campus Universitário, BR 364, Km 04, nº 6.000. Bairro Distrito Industrial, CEP: 69.920-900. Rio Branco - Acre, ou em local que esta IFES venha a especificar, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17: 00h.

##### 5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.2.1 O prazo de entrega dos bens não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, de forma parcelada.

5.2.1.1 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que justificado por parte da contratada.

5.2.1.2 A contratante solicitará à contratada na forma do item 1.1 o empenho com valor mínimo de 25% do quantitativo total estimado pela unidade administrativa, apenas quando solicitar o determinado material;

5.2.2 A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

5.2.3 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

5.4 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

5.5 Os materiais deverão **ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega no órgão licitante;**

a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.6 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

5.7 Os produtos que possuam prazo de validade somente serão recebidos com prazo máximo expirado de 25%, não sendo aceitos com prazo de validade remanescente inferior a 75%;



**5.8** O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

## **6. Modelo de gestão do contrato**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.6.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.7.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.(Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

6.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.8.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**6.9.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. Recebimento do Objeto

**7.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[MM1]

**7.4** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.[MM2]

**7.5** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.7** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**7.9** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.10** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.11** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.12** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.13** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.15** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.16** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.17** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.18** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**7.19** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.20** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

**7.21** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.22** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.23** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.24** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.25** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

**7.26** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**7.27** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.28** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.29** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.30** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] por g.

#### 8.2 Exigências de habilitação

**8.2.1 Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[MM1]

**8.2.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.3 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[MM2]

**8.2.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.2.6 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.2.8 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.2.9 Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.2.10 Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[MM1]

8.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 8.4 Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.4.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 5% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.4.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

#### 8.5 Qualificação Técnica

8.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.5.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.5 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.5.6 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.5.7 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.5.8 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.5.9 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.5.10 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.5.11 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.12 O licitante enquadrado como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.5.14 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.5.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.5.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.5.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.5.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.5.19 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.5.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 431.460,83

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ **431.460,83 (quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e três centavos)**.

9.2 A pesquisa de preço atende às metodologias da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**.

## 10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

## 11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Nos termos dos artigos 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021, que tratam de infrações administrativas e sanções previstas, informamos o seguinte:

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.3 Multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.4 O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da lei nº 14.133, de 2021;

12.5 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## 13. Informações Gerais

### 13. DO TERMO DE REFERÊNCIA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)

13.1 De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, e em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não constam no Estudo Técnico Preliminar, ou no Termo de Referência, informações de caráter sigiloso que possam impedir sua publicação.

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CYDIA DE MENEZES FURTADO**

Área Requisitante

**CYNARA PESSOA FONTES DA SILVA**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 29/01/2024 às 15:45:23.*

**EVERTON FIDELIS DA SILVA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 01/02/2024 às 14:23:59.*



**Anexo II - ETP134\_2023.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 134/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23107.033556/2023-94

## 2. Descrição da necessidade

2.1 O objetivo da contratação é a aquisição de Material de Limpeza e Higiene para atender às demandas do ano de 2024 do Restaurante Universitário. A solicitação de compra se justifica pela necessidade periódica de serviços de limpeza e higienização dos ambientes que integram o RU. A aquisição dos materiais de higiene e limpeza para o Restaurante Universitário é de grande importância para proporcionar padronização e o controle nos processos higiênico-sanitários, de maneira que seja garantida qualidade em termos de segurança microbiológica, visando eliminar, bem como prevenir riscos à saúde, além de garantir segurança alimentar aos comensais que fazem uso do Restaurante Universitário atendendo a padronização e a confiabilidade dos procedimentos de higienização, como são exigidos pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, por meio da RESOLUÇÃO ANVISA RDC nº 216 /2004 - **Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.**

2.2 Salienta-se que para manter a qualidade, a padronização e a confiabilidade dos procedimentos de higienização, como são exigidos pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores (ex: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA) em cozinhas industriais e hospitais, faz-se necessário à utilização de produtos químicos e materiais específicos de alto desempenho, que garantam a total eficácia na eliminação dos microrganismos, de modo que os princípios ativos contidos nos produtos não ponham em risco a saúde dos manipuladores nos processos de limpeza e desinfecção, a fim de criar um ambiente seguro para o serviço a ser prestado.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Assuntos Estudantis - DAE	Cydia Menezes Furtado

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 Critérios de seleção:

4.1.1 Os materiais deverão ser novos e acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, constando a descrição do produto, a marca, o modelo, a data de fabricação, a validade e o número do lote, de acordo com as características individuais de cada produto;

4.1.2 Os materiais devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.3 Os bens deverão ter prazo de garantia oferecido pelos fabricantes dos itens licitados;

4.1.4 Para os itens constantes para esta etapa de Estudo Técnico Preliminar que seguirão para formalização do edital de licitação, deverão apresentar o atestado de capacidade técnica que deverá ser entregue de forma compatível com o item, ou seja, somente serão aceitos atestados de fornecimento de materiais constantes do objeto/item desta licitação;

4.1.5 Todos os itens que participarão do certame deverão ser ofertados considerando produtos similares ou equivalentes às marcas descritas nas especificações dos itens, ou seja, caso algum item tenha sua descrição com previsão de alguma marca, sem que haja justificativa técnica que demonstre sua imprescindibilidade, as marcas similares ou equivalentes serão aceitas.

### 4.2 Critério de Fornecimento de Dosadores - Exigência De Empréstimo Sem Custo:

4.2.1 Para uso racional dos saneantes, a fim de diluí-los em água, automaticamente, conforme orientação do fabricante, quanto à concentração adequada, o licitante vencedor do LOTE 1 deve instalar dosador específico para as marcas cotadas, em regime de empréstimo, sem ônus para a Ufac;

4.2.2 Os licitantes também devem realizar mensalmente (em caráter preventivo), e a qualquer tempo (em caráter corretivo), manutenção dos dosadores, além de orientação aos manipuladores, quanto ao uso adequado dos objetos (saneantes e dosadores), enquanto houver produto em estoque no RU;

4.2.3 Os dosadores, suas peças acessórias, ferramentas e quaisquer outros custos, direta e indiretamente envolvidos na instalação e manutenção dos dosadores, devem ocorrer, integralmente, às expensas do licitante, e estar incluídos no valor da proposta inicial, não cabendo reclamação posterior, quanto a ajuste de preço pelo motivo supra;

4.2.4 Os licitantes devem atender as solicitações de assistência técnica do RU Campus Reitor Áulio Gélío Alvez de Sousa, no prazo máximo de 48 horas.

#### **4.3 Critérios de aceitabilidade - Amostras para o controle de qualidade:**

4.3.1 Para a análise dos itens, quando a marca cotada não for similar às marcas de referência citadas, os licitantes convocados deverão encaminhar amostra conforme sua descrição em Edital, e esta deverá estar acompanhada de sua rotulagem original;

4.3.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

4.3.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

4.3.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015;

4.3.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato.

#### **4.4 Condições específicas de habilitação técnica:**

4.4.1 A empresa deverá apresentar **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido **satisfatoriamente** os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado.

4.4.2 Para os itens constantes neste edital de licitação, o atestado de capacidade técnica deverá ser entregue de forma compatível com o item, ou seja, somente serão aceitos atestados de fornecimento de materiais constantes do objeto/item desta licitação;

#### **4.5 Critérios de Entrega e critérios de aceitação do objeto:**

4.5.1 O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ORDEM DE ENTREGA que será acompanhada da NOTA DE EMPENHO, em remessa parcelada, no Restaurante Universitário do Campus Reitor Áulio Gélío Alvez de Sousa, da Universidade Federal do Acre – UFAC, localizada no KM-04 da BR - 364, no bairro Distrito Industrial, na cidade de Rio Branco, no estado do Acre;

4.5.2 A entrega de todos os itens constantes neste termo deverá ser realizada somente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, obedecendo o horário institucional que compreende das **08h00min** às **12h00min** e das **14h00min** às **17h00min**, no Restaurante Universitário do Campus Reitor Áulio Gélío Alvez de Sousa, da Universidade Federal do Acre – UFAC, localizada no KM-04 da BR - 364, no bairro Distrito Industrial, na cidade de Rio Branco, no estado do Acre;

4.5.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e/ou por comissão de recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

4.5.4 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.5.5 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do fim do prazo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

4.5.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.5.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **4.6 Critérios de sustentabilidade:**

4.6.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis–DECOR/CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - Produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - Os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - Que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

a) A permissão ou restrição do uso de materiais reciclados para materiais destinados ao contato com alimentos está definida nos regulamentos específicos, conforme o tipo de material. Para os materiais celulósico (RDC nº 88/2016), metálico (RDC nº 20/2007) e vidro e cerâmica (Portaria nº 27/1996) é permitido o uso de material reciclado. No caso de plástico (RDC nº 20/2008) é permitido apenas PET-PCR grau alimentício. Não é permitido o uso de material reciclado para elastoméricos em contato com alimentos (Resolução nº 123/2001);

V - Se a embalagem for PET pós-consumo reciclado (PET PCR), além das especificações, a contratada deverá ter o registro ou autorização do PET PCR pela Anvisa;

VI - A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 275, de 2002, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais;

VII - A Contratada deverá ainda, observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

#### **4.7. Obrigações da contratada:**

4.7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.7.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

*4.7.2.1 objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

4.7.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.7.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado em Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.7.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.7.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.7.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

#### **4.8 Prazo de vigência do Contrato:**

4.8.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido;

5.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa;

5.3. Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento;

5.4 A pesquisa de mercado deverá ser realizada seguindo a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65/2021. A fonte consultada foi o Banco de Preços, disponível no endereço eletrônico <https://www.bancodeprecos.com.br>, e as cotações referem-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (ano) anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 Contratar empresas especializadas para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza ao RU da Universidade Federal do Acre - UFAC, campus Reitor Áulio Gélio;

6.2 A solução proposta envolve a aquisição de materiais de consumo para o ressuprimento dos estoques de materiais de higiene e limpeza, para fins de atendimento às necessidades institucionais, proporcionando uma higiene adequada que atenda os padrões solicitados pela ANVISA para cozinhas industriais;

6.3 No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento de licitação, na forma eletrônica, de que trata a norma vigente, com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado;

6.4 Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

### **7.1 Quantidade de serviço a ser contratado:**

7.1.1 O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar é a aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza por meio da modalidade Sistema de Registro de Preços - Pregão Eletrônico, conforme especificações abaixo, para atender a demanda anual do Restaurante Universitário.

7.1.2 Os quantitativos presentes neste Estudo Técnico Preliminar suprirão as necessidades do Restaurante Universitário para o ano de 2024. As quantidades foram obtidas a partir das fichas técnicas dos produtos para uso industrial, os demais produtos contidos foram obtidos através de estimativa de uso diário no Restaurante. É de suma importância esclarecer que as quantidades de cada produto constantes neste estudo não foram obtidas em memórias de estoque consumido, em razão de o sistema automatizado de controle de estoque ainda se encontrar em fase de implementação. Por isso, se faz necessário estimar as quantidades conforme uma estimativa de uso diário dos referidos produtos.

7.1.3 Salientamos que os produtos: saco de tarja preta, escova para limpeza de vidrarias e tubos de ensaio estão sendo cotados pela primeira vez. O quantitativo de sacos se deve ao fato de atendermos a *Instrução Normativa nº16 de 23 de maio de 2017, a qual destaca que **cozinhas industriais, cozinhas institucionais, restaurantes comunitários, cozinhas hospitalares, restaurantes comerciais de auto-serviço e bufês** devem guardar amostras dos alimentos prontos distribuídos para o consumo, com a finalidade de esclarecer possíveis ocorrências de doenças transmitidas pelos alimentos, considerando que o restaurante universitário atende três turnos de refeição (café, almoço e jantar) para retirada das amostras. As escovas para limpeza de vidrarias e tubos de ensaio são necessárias para limpeza e higiene das cafeteiras que possuem tubos de ensaio.*

7.1.4 Desta forma, a tabela abaixo apresenta a quantidade total prevista de cada material solicitado para o período de 12 (doze) meses, calculadas a partir da média de consumo diário, visando atender a demanda do Restaurante Universitário em materiais de higiene e limpeza para o ano de 2024:

LOTE - 1				
tem	Descrição	Referência	Unidade Medida	Quantidade
1.	<b>Detergente sólido alcalino para máquina de lavar louça industrial</b> , para lavagem de louças, porcelanas, plásticos e demais utensílios através de máquina de lavar louças. aplicação: remoção de gorduras, amidos e resíduos de proteína em máquina de lavar louça industrial; aspecto: sólido; PH: 12,0 a 15,0; composição química: tensoativo não iônico, agente sequestrante, agente alcalinizante princípio ativo: <b>(1%) - 8,0 - 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água;</b>	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Cápsula de 4 kg	96
2.	<b>Aditivo de secagem para máquina de lavar louças industrial</b> , aditivo de secagem rápida de utensílios; aspecto: líquido; composição química: tensoativo não iônico, amina graxa de coco propoxi-etoxilada, polímero de bloco polietoxi-polipropox e solvente; concentração de uso: 0,2 a 1,0 ml p/ litro de água, ou 1,0 a 2,0 ml p/ gaveta;	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Bombona de 5 L	48
3.	<b>Detergente desengordurante não cáustico</b> , aplicação Limpeza de fornos, chapas, coifas sem a necessidade de uso de EPI, não caustico, seguro para a utilização em alumínio; aspecto líquido; PH: 10,0 a 12,5; composição química: tensoativo aniônico e agente sequestrante; princípio ativo; sal de ácido sulfônico linear, sal de ácido glucônico; concentração de uso: 150 a 300 ml por litro de água;	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Caixa com 04 litros	24
	<b>Sanitizante clorado para frutas, verduras, legumes e utensílios</b> , Aplicação: desinfecção em cozinhas industriais; aspecto: pó; PH (1%) - 8,0 -			

4.	10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água;	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Balde de 5 kg	24
5.	<b>Sanitizante para frutas, verduras, legume a base de ácido láctico, sanitizante a base de ácido láctico, limpar a superfícies das frutas e legumes removendo resíduos e ceras.</b> Tem eficácia comprovada contra as bactérias Escherichia Coli, Salmonella Choleraesuis, Enterococcus Faecium e Listeria Monocytogenes., sem a necessidade de enxague; composição química; agente sanitizante, ácido láctico, tensoativo aniônico, dodecil benzenosulfonato de sódio faixa de concentração para uso de 5 a 7 ml por litro de água; aspecto líquido; PH: 0,5 - 1,5	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Bombona de 9,46L	24
6.	<b>Desinfetante Quaternário líquido concentrado,</b> Aplicação: desinfetante a base de quaternário de amônia, para higienização de câmaras frigoríficas, lixo, superfícies e equipamentos; aspecto líquido; PH: 11,5 a 14,5; composição química: tensoativo não aniônico, agente germicida, sequestrante, umectante e alcalinizante; princípio ativo quaternário de amônia e Cloreto de benzalcóneo; Concentração de uso: 4,0 a 6,0 ml por litro de água;	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Bombona de 5 L	24
7.	<b>Limpador, desengordurante e desinfetante para uso geral,</b> limpador, desinfetante e desengordurante enzimático para limpeza de pisos sem enxague (limpa, sanitiza com ação desengordurante em uma única etapa). eficiência comprovada na redução de carga microbiana frente aos microrganismos staphylococcus aureus, salmonella choleraesuis e lysteria monocytogenes, PH 7,0 a 9,0, composição química alcoois graxos etoxilados, alquil propil glucósidos e ácido bórico. Concentração de 15 a 18 ml por litro de água; embalagem	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Bombona de 5 L	48
8.	<b>Sabonete antisséptico para higienização das mãos com triclosan,</b> aplicação limpeza e assepsia das mãos com eficácia contra um amplo espectro de microrganismos (Staphylococcus aureus, Escherichia coli, Pseudomonas aeruginosa, e Salmonella choleraesuis); estado físico: líquido viscoso; PH: 5,0 a 8,0; composição química: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, tensoativo anfótero e agente bactericida; princípio ativo: Triclosan; concentração de uso: puro;	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Caixa contendo 6 unidades de 4,5 litros	12
9.	<b>Gel higienizante para as mãos,</b> aplicação higienização das mãos com ação bactericida e rápida evaporação sem deixar resíduos; estado físico líquido; PH%: 6,0 – 9,0; Composição química: agente bactericida, expessante, umectante; princípio ativo: álcool etílico;	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Caixa contendo 6 unidades de 4,5 litros	7

10.	<b>Óleo Polidor e Protetor para Inox</b> , aplicação para proteção e polimento para superfície de aço inox, alumínio e peças cromadas; faixa de concentração de uso: puro; aspecto líquido; PH de 6,0 a 9,0.	Marca: Ecolab, Similar Ou Qualidade Superior.	Caixa contendo 6 unidades	5
11.	<b>Água sanitária</b> , à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Marca: Qboa, similar ou qualidade superior	Caixa c/ 12 unidades	104
12.	<b>Álcool à 70°</b> límpido, isento de partículas de suspensão (líquido). Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Marcas: Tupi, Ciclo farma e Da Ilha, ou outras marcas similares ou qualidade superior.	Caixa c/ 12 unidades	160
13.	<b>Balde de plástico rígido</b> , com capacidade para 12L. Dimensões: 328x299x294mm. Embalagem: Unidade com capacidade para 12 l.	Marca: Sanremo, ou outras marcas similares ou qualidade superior.	Unidade	40
14.	<b>Bombona</b> , com duas alças para transporte na parte superior, com tampa removível, capacidade de 100 litros, material polietileno, aplicação transporte de resíduos, Cor Preta Ou Azul.	Marca: Apresentar amostra.	Unidade	12
15.	<b>Copo plástico descartável</b> , em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Marca: Copobras, ou outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar a amostra	Caixa	720
16.	<b>Copo plástico descartável</b> , em polipropileno não tóxico, de 50 ml. Embalagem: Caixa contendo 50 pacotes com 100 unidades.	Marca: Copobras, ou outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar a amostra	Caixa	100
17.	<b>Desinfetante sanitário líquido</b> , bactericida, com aroma de eucalipto ou lavanda. Embalagem: Galão contendo 5l (mínima).	Marca: Búfalo, Bombril, ou outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar amostra	Galão	48



18.	<b>Detergente em pó</b> , específico para lavagem de roupas em máquinas. Embalagem: unidade de 500 g.	Marcas: Brillhante, Ace, Ariel, OMO ou outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar amostra	Unidade	624
19.	<b>Detergente líquido</b> , inodoro, neutro, específico para lavagem manual de utensílios de aço inox, plásticos, vidros e porcelanas. Embalagem: Caixa contendo 24 frascos de 500 ml de volume líquido (mínima).	Marcas aprovadas: Ypê, Limpol e Minuano, ou outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar amostra	Caixa	500
20.	<b>Esponja dupla face (Fibra e Espuma)</b> . Embalagem: Fardo contendo 10 unidades.	Marca: Scotch-Brite, similar ou qualidade superior, apresentar amostra	Fardo	300
21.	<b>Escova de plástico para higienizar alimentos</b> , ergonômica, com cerdas duras e macias. Embalagem: Unidade.	Marca: Condor, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	220
22.	<b>Escova de plástico</b> , com cabo longo de 45 cm, para limpeza em geral. Embalagem: Unidade.	Marca: Apresentar amostra.	Unidade	50
23.	<b>Escova para limpeza de vidrarias e tubos de ensaio</b> com diâmetro 10mm de comprimento total 250mm. Unidade	Marca: Milabor ou similares ou qualidade superior, apresentar amostra	Unidade	30
24.	<b>Esponja lã de aço pacote</b> . Embalagem: Fardo contendo 14 Pacotes com 08 unidades.	Marca: BomBril, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Fardo	108
25.	<b>Fibra uso geral</b> , constituída por fibra sintética com mineral abrasivo, dimensões mínimas de 100mm x 230mm. Embalagem: Fardo contendo 10 unidades (mínimo).	Marca: apresentar amostra	Fardo	30
26.	<b>Filme plástico pvc</b> para alimentos, rolo grande com medidas aproximadas de 60cmx700metros.	Marca: apresentar amostra	Unidade	24
27.	<b>Flanela de microfibra</b> para limpeza, dimensões mínimas: 36x36cm. Embalagem: unidade.	Marca: Scotch-Brite, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	200

28.	<b>Frasco plástico</b> , branco ou transparente, com sistema borrifador e capacidade de armazenamento para 500 mL (no mínimo).	Marca: SanRemo, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	40
29.	<b>Guardanapo de papel, cor branca</b> , folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Caixa contendo 24 pacotes com 50 unidades.	Marca: Midas, similar ou qualidade superior, apresentar amostra	Caixa	1250
30.	<b>Luva de segurança amarela</b> , confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Embalagem: Pacote com 12 pares.	Marca: Volk, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	30
31.	<b>Luva de segurança amarela</b> , confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. tamanho G. Embalagem: Pacote com 12 pares.	Marca: Volk, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	30
32.	<b>Luva de procedimento descartável</b> não cirúrgico, de <b>nitrilo</b> , sem pó, tamanho M. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Marca: Talge, similar ou qualidade superior., apresentar amostra.	Caixa	20
33.	<b>Luva de procedimento descartável</b> não cirúrgico, de <b>nitrilo</b> , sem pó, tamanho G. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Marca: Descarpack, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Caixa	20
34.	<b>Máscara dupla descartável</b> , na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Marca: Descarpack, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	4
35.	<b>Pá coletora do tipo canguru</b> , com rodinhas. Dimensões: 27,5cm x 27,5cm x 12cm. Embalagem: Unidade.	Marca: Betannin similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	12
36.	<b>Pá plástica coletora para lixo</b> , sem tampa, com cabo ergonômico de alumínio de rosquear. Dimensões aproximadas: 30 cm (comprimento) x 30 cm (largura) x 14 cm (altura). Comprimento aproximado do cabo: 80 cm.	Marca: Bralímpia, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	24

37.	<b>Pá com escova</b> , de PVC, com borracha flexível, medidas mínimas: Escova - 24,5cm x 4cm x 8,5cm, Pá - 23,5cm x 32cm x 12cm.	Marca: Betannin similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	24
38.	<b>Pano Semi-descartável</b> . Embalagem: Pacote contendo 58 panos.	Marca: Scott, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote58	104
39.	<b>Pano Limpeza tipo saco alvejado</b> , comprimento de 35cm x 56cm. Embalagem: Unidade.	Marca: Casa Verde, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	96
40.	<b>Pano de Chão Alvejado</b> , tamanho: 80x90. Embalagem: Unidade	Marca: Qualitá, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	270
41.	<b>Papel higiênico</b> , com folha simples, neutro. Dimensões 30cm x10cm. Pacote contendo 4 rolos.	Marca: Santher, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	200
42.	<b>Pastilha de cloro</b> para tratamento de reservatório de água com teor de Cloro Ativo de 50% p/p. Embalagem: pastilha de 20 g.	Marca: apresentar amostra.	Unidade	150
43.	<b>Rodo plástico</b> , confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 80 cm. Embalagem: unidade	Marca: Santa Maria, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	40
44.	<b>Rodo plástico</b> , confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 60 cm. Embalagem: unidade.	Marca: Santa Maria, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	40
45.	<b>Sabão Glicerinado</b> em Barra. Embalagem: Pacote contendo contendo 5 unidades de 200g	Marca: Ypê, similar ou qualidade superior, apresentar.	Pacote	850
46.	<b>Saco estéril com tarja de identificação</b> , adequadas para coleta e armazenagem de alimentos, água e matéria prima, líquidas, semi-sólidas ou sólidas, com capacidade mínima de 532 ml. Embalagem: unidade.	Marca: Nasco, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	5.000

47.	<b>Saco transparente de 05 kg.</b> Pacote contendo 1 kg.	Marca: Acreplast, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	10
48.	<b>Saco transparente de 10 kg.</b> Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Marca: Acreplast, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	30
49.	<b>Saco transparente de 20 kg.</b> Embalagem: Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Marca: Acreplast, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	20
50.	<b>Saco plástico reforçado para lixo industrial.</b> Embalagem: Pacote com 100 unidades com capacidade para 30L.	Marca: Apresentar amostra.	Pacote	05
51.	<b>Saco plástico reforçado para lixo industrial.</b> Embalagem: Fardo com 50 unidades com capacidade para 150L.	Marca: Apresentar amostra.	Fardo	60
52.	<b>Saco plástico reforçado para lixo industrial.</b> Embalagem: Fardo com 50 unidades com capacidade para 200L.	Marca: DoverRoll, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Fardo	150
53.	<b>Touca descartável</b> , com elástico revestido, tamanho único, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Marca: Descarpack, similar ou qualidade superior, apresentar amostra.	Pacote	5
54.	<b>Vassoura:</b> com cerdas sintéticas em polietileno, com cabo de polietileno, ou metal revestido com polietileno ou madeira revestido com polietileno. Produto leve, reduzindo o esforço durante a limpeza. Base de polietileno medindo 270 mm de comprimento Cerdas sintética de 115 mm. Apresentar amostra.	Marca aprovada: SuperPro Bettanin. Outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar amostra.	Unidade	150
55.	<b>Vassoura tipo escovão</b> , confeccionada em material de plástico ou metal, com cerdas de nylon. Medidas aproximadas da unidade: 25 cm (largura) x 8,6 cm (altura sem o cabo) x 4,2 cm (profundidade).	Marca aprovada: SuperPro Bettanin. Outras marcas similares ou qualidade superior, apresentar amostra	Unidade	24

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 435.000,00

8.1 Segundo o Plano Anual de Contratações para o corrente ano, a estimativa de preços da contratação é no valor de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais), com reflexo para o orçamento de 2024;

8.2 Acreditamos que a estimativa proposta garante o melhor custo-benefício para a administração pública, ao mesmo tempo em que atende às exigências legais e normativas. Esta estimativa servirá como base para o processo de licitação, assegurando uma contratação transparente e econômica;

8.3 Esta estimativa está em conformidade com os princípios de eficiência, economicidade e transparência estabelecidos pela Instrução Normativa Seges nº 58/2022. Assegura-se que a estimativa reflete o valor justo de mercado, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos.

8.4 Este valor considera a quantidade necessária, os preços médios de mercado e um adicional para possíveis variações de mercado.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A aquisição de que trata o objeto destes Estudos Preliminares será dividida em itens, onde cada qual representa um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores, de modo a ampliar a competitividade e obter o menor preço possível.

9.1 O inciso II do § 2º do art. 40 da Lei 14.133/2021 exprime a necessidade do parcelamento para proporcionar competitividade às empresas que compõem o mercado e economicidade à Administração Pública que ampliará as possibilidades de contratar com melhor qualidade e menor preço, permitindo, com isso, a participação de um número maior de empresas.

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade.

9.2 Como regra geral, devemos seguir o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (Art. 40, V, b) A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 247, transcrita a seguir:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.3 A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante.

9.4 Esta contratação foi dividida em ITENS.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A aquisição pretendida está alinhada com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufac (2020-2024).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição desses materiais visa contribuir para a limpeza e manutenção das atividades já desempenhadas no Restaurante Universitário, propiciando condições adequadas para manter a qualidade, a padronização e a confiabilidade dos procedimentos de higienização, exigidos pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, visando a segurança microbiológica do ambiente.

12.2 A utilização de produtos químicos e materiais específicos de alto desempenho, que garantam a total eficácia na eliminação dos microrganismos, de modo que os princípios ativos contidos nos produtos não ponham em risco a saúde dos manipuladores nos processos de limpeza e desinfecção, a fim de criar um ambiente seguro para o serviço a ser prestado.

12.3 Além disso, destacam-se como benefícios diretos e indiretos da contratação, economia, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Foi realizada e justificada a solicitação do serviço de comodato para o Licitante que vencer o LOTE1, tendo como referência a marca ECOLAB, favorecendo à padronização dos procedimentos de manipulação destes produtos, obedecendo ao fluxograma higiênico sanitário, garantindo uma maior eficiência na limpeza e higiene dos equipamentos de cozinha e utensílios, além ofertar palestras, reciclagens e treinamentos para os manipuladores destes produtos, atingindo assim o objetivo principal, que é disponibilizar preparações com segurança alimentar a todos os usuários do RU.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1 Riscos relacionados a sustentabilidade ambiental:

Risco:		Danos ao meio ambiente		
Probabilidade:	Baixa	Id	Dano	Impacto
		1	Embalagens e agentes químicos	Alto
Id	Ação Preventiva			Responsável
1	Foram solicitados no descritivos do presente Estudo Técnico Preliminar, bem como em posteriormente em Termo de Referência produtos constituídos, no todo ou em parte, deverão ser por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.			Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato; A Contratada
2	Será necessária apresentação de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, solicitação realizada em ETP e disposta em Termo de Referência;			A Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato
3	Os produtos não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados			

	(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). Solicitação realizada em ETP e disposta em Termo de Referência;	A Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato
4	A permissão ou restrição do uso de materiais reciclados para materiais destinados ao contato com alimentos está definida nos regulamentos específicos, conforme o tipo de material. Para os materiais celulósico (RDC nº 88/2016), metálico (RDC nº 20/2007) e vidro e cerâmica (Portaria nº 27/1996) é permitido o uso de material reciclado. No caso de plástico (RDC nº 20/2008) é permitido apenas PET-PCR grau alimentício. Não é permitido o uso de material reciclado para elastoméricos em contato com alimentos (Resolução nº 123/2001).	Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato
5	Se a embalagem for PET pós-consumo reciclado (PET PCR), além das especificações, a contratada deverá ter o registro ou autorização do PET PCR pela Anvisa.	Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato
6	A Contratada deverá ainda, observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.	Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato
7	A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 275, de 2002, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais	Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Prevista dentro do Estudo Técnico Preliminar, bem como em Termo de Referência para a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis– DECOR/CGU/AGU.	Equipe de Planejamento da Contratação, Fiscais do Contrato

## 15. Da Essencialidade e Interesse Público

15.1 Para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, declaramos que o objeto da presente aquisição é de suma importância para que o Restaurante Universitário atenda os os requisitos de higiene e limpeza, para proporcionar uma padronização e controle nos processos higiênicos sanitários, de maneira que seja garantida a qualidade em termos de segurança microbiológica, em que se busca prevenir e eliminar riscos a saúde garantindo segurança alimentar aos comensais que fazem uso do restaurante da Universidade Federal do Acre.

15.2 Os instrumentos a serem adquiridos foram devidamente cadastrados e aprovados no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Governo Federal.

15.3 O Restaurante Universitário faz parte do CRUME-DAE (Coordenadoria de Restaurante Universitário e Moradia Estudantil), que tem como competência: fazer o gerenciamento da infraestrutura física e de pessoal das residências e restaurantes universitários de todos os campi da Universidade Federal do Acre e elaborar políticas de acompanhamentos e resolução de demandas das residências e dos restaurantes universitários.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, consoante a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022;

16.2 Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a aquisição, mostra-se viável tecnicamente e necessária, mediante a aprovação da Autoridade Competente;

16.3 Os materiais de consumo a serem adquiridos, enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, podem ser licitados por meio da modalidade Pregão Eletrônico e julgamento por Menor Preço. Assim, com o estímulo a ampla concorrência dos licitantes, a contratação será dividida em itens unitários.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CYDIA DE MENEZES FURTADO**

Requisitante

**CYNARA PESSOA FONTES DA SILVA**

Integrante requisitante



*Assinou eletronicamente em 31/01/2024 às 15:08:16.*

**EVERTON FIDELIS DA SILVA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 31/01/2024 às 15:08:13.*





**Anexo III - SEI\_UFAC - 1175040 - Minuta de Contrato.  
pdf**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Pró-Reitoria de Administração  
Diretoria de Contratos e Convênios  
MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23107.033556/2023-94

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.071.106/0001-37, com endereço no *Campus* Universitário, Rodovia BR 364, Km 04, bairro Distrito Industrial - CEP 69.920-900, no município de Rio Branco/AC, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Reitora **MARGARIDA DE AQUINO CUNHA**, nomeada pelo Decreto de 9 de agosto de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2022, Seção 2, página 1, portadora da Matrícula Funcional nº 1222928, e de outro lado a **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF nº **[digite aqui o CNPJ]**, sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23107.033556/2023-94 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Tradicional nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição de **Materiais de Higiene e Limpeza para o Restaurante Universitário do Campos Reitor Áulio Gélío Alves de Sousa da Universidade Federal do Acre - UFAC**, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP) que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	283054	Detergente sólido alcalino para máquina de lavar louça industrial, para lavagem de louças, porcelanas, plásticos e demais utensílios através de máquina de lavar louças. aplicação: remoção de gorduras, amidos e resíduos de proteína em máquina de lavar louça industrial; aspecto: sólido; PH: 12,0 a 15,0; composição química: tensoativo não iônico, agente sequestrante, agente alcalinizante princípio ativo: (1%) - 8,0 - 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso:	Cáp	96	R\$ 272,75	R\$ 26.184,00

		1,0 a 2,0 gramas por litro de água; Cápsula de 4 kg.						
2	282917	Aditivo de secagem para máquina de lavar louças industrial, aditivo de secagem rápida de utensílios; aspecto: líquido; composição química: tensoativo não iônico, amina graxa de coco propoxi-etoxilada, polímero de bloco polietoxi-polipropox e solvente; concentração de uso: 0,2 a 1,0 ml p/ litro de água, ou 1,0 a 2,0 ml p/ gaveta; Bombona de 5 L.	Bb	48	R\$	138,18	R\$	6.632,64
3	296365	Detergente desengordurante não cáustico, aplicação Limpeza de fornos, chapas, coifas sem a necessidade de uso de EPI, não caustico, seguro para a utilização em alumínio; aspecto líquido; PH: 10,0 a 12,5; composição química: tensoativo aniônico e agente sequestrante; princípio ativo; sal de ácido sulfônico linear, sal de ácido glucônico; concentração de uso: 150 a 300 ml por litro de água; Frasco com 1 litro.	Fr.	96	R\$	36,06	R\$	3.461,76
4	416421	Sanitizante clorado para frutas, verduras, legumes e utensílios, Aplicação: desinfecção em cozinhas industriais; aspecto: pó; PH (1%) - 8,0 - 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água; Balde de 5 kg.	Balde	24	R\$	139,95	R\$	3.358,80
5	456546	Desinfetante Quaternário líquido concentrado, Aplicação: desinfetante a base de quaternário de amônia, para higienização de câmaras frigoríficas, lixo, superfícies e equipamentos; aspecto líquido; PH: 11,5 a 14,5; composição química: tensoativo não aniônico, agente germicida, sequestrante, umectante e alcalinizante; princípio ativo quaternário de amônia e Cloreto de benzalcóneo; Concentração de uso: 4,0 a 6,0 ml por litro de água; Bombona de 5 litros.	Bb	24	R\$	72,05	R\$	1.729,20
6	605423	Limpador, desengordurante e desinfetante para uso geral, limpador, desinfetante e desengordurante enzimático para limpeza de pisos sem enxague (limpa, sanitiza com ação desengordurante em uma única etapa). eficiência comprovada na redução de carga microbiana frente aos microrganismos staphylococcus aureus, salmonella choleraesuis e lysteria monocytogenes,	Bb	48	R\$	103,94	R\$	4.989,12

		PH 7,0 a 9,0, composição química alcoois graxos etoxilados, alquil propil glucósidos e ácido bórico. Concentração de 15 a 18 ml por litro de água; embalagem. Bombona de 5 litros.						
		Sabonete antisséptico para higienização das mãos com triclosan, aplicação limpeza e assepsia das mãos com eficácia contra um amplo espectro de microrganismos						
7	463131	(Staphylococcus aureus, Escherichia coli, Pseudomonas aeruginosa, e Salmonella choleraesuis); estado físico: líquido viscoso; PH: 5,0 a 8,0; composição química: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, tensoativo anfótero e agente bactericida; princípio ativo: Triclosan; concentração de uso: puro; Galão de 5 litros.	Gl	72	R\$	63,72	R\$	4.587,84
8	380018	Gel higienizante para as mãos, aplicação higienização das mãos com ação bactericida e rápida evaporação sem deixar resíduos; estado físico líquido; PH%: 6,0 – 9,0; Composição química: agente bactericida, expessante, umectante; princípio ativo: álcool etílico; Galão de 5 litros.	Gl	42	R\$	42,72	R\$	1.794,24
9	228220	Óleo Polidor e Protetor para Inox, aplicação para proteção e polimento para superfície de aço inox, alumínio e peças cromadas; faixa de concentração de uso: puro; aspecto líquido; PH de 6,0 a 9,0. Frasco de 1 litro.	Und.	30	R\$	137,45	R\$	4.123,50
10	310507	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Cx	104	R\$	56,37	R\$	5.862,48
11	481012	Álcool à 70° límpido, isento de partículas de suspensão (líquido). Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Cx	160	R\$	89,94	R\$	14.390,40
12	253711	Balde de plástico rígido, com capacidade para 12L. Dimensões: 328x299x294mm. Embalagem: Unidade com capacidade para 12 l.	Und.	40	R\$	15,08	R\$	603,20
13	392730	Bombona, com duas alças para transporte na parte superior, com tampa removível, capacidade de 100 litros, material polietileno, aplicação	Und.	12	R\$	367,85	R\$	4.414,20

		transporte de resíduos, Cor Preta Ou Azul.						
14	612245	Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Cx	540	R\$	153,33	R\$	82.798,20
15	612245	<b>COTA RESERVADA:</b> Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Cx	180	R\$	153,33	R\$	27.599,40
16	612246	Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 50 ml. Embalagem: Caixa contendo 50 pacotes com 100 unidades.	Cx	100	R\$	139,92	R\$	13.992,00
17	382741	Desinfetante sanitário líquido, bactericida, com aroma de eucalipto ou lavanda. Embalagem: Galão contendo 5l (mínima).	Gl	48	R\$	19,42	R\$	932,16
18	234325	Detergente em pó, específico para lavagem de roupas em máquinas. Embalagem: unidade de 500 g.	Und.	624	R\$	6,92	R\$	4.318,08
19	249894	Detergente líquido, inodoro, neutro, específico para lavagem manual de utensílios de aço inox, plásticos, vidros e porcelanas. Embalagem: Caixa contendo 24 frascos de 500 ml.	Cx	500	R\$	59,30	R\$	29.650,00
20	481020	Esponja dupla face (Fibra e Espuma). Embalagem: Fardo contendo 10 unidades.	Frd.	300	R\$	14,75	R\$	4.425,00
21	312293	Escova de plástico para higienizar alimentos, ergonômica, com cerdas duras e macias. Embalagem: Unidade.	Und.	220	R\$	12,14	R\$	2.670,80
22	609106	Escova de plástico, com cabo longo de 45 cm, para limpeza em geral. Embalagem: Unidade.	Und.	50	R\$	24,38	R\$	1.219,00
23	444268	Escova para limpeza de vidrarias e tubos de ensaio com diâmetro 10mm de comprimento total 250mm. Unidade	Und.	30	R\$	10,85	R\$	325,50
24	481018	Esponja lã de aço pacote. Embalagem: Fardo contendo 14 Pacotes com 08 unidades.	Frd.	108	R\$	46,41	R\$	5.012,28
25	458151	Fibra uso geral, constituída por fibra sintética com mineral abrasivo, dimensões mínimas de 100mm x	Frd.	30	R\$	22,22	R\$	666,60

		230mm. Embalagem: Fardo contendo 10 unidades (mínimo).						
26	377793	Filme plástico pvc para alimentos, rolo grande com medidas aproximadas de 60cmx700metros.	Und.	24	R\$	115,41	R\$	2.769,84
27	432871	Flanela de microfibra para limpeza, dimensões mínimas: 36x36cm. Embalagem: unidade.	Und.	200	R\$	10,43	R\$	2.086,00
28	419988	Frasco plástico, branco ou transparente, com sistema borrifador e capacidade de armazenamento para 500 mL (no mínimo).	Und.	40	R\$	12,11	R\$	484,40
29	231463	Guardanapo de papel, cor branca, folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Pacotes com 50 unidades.	Pct.	22.500	R\$	3,66	R\$	82.350,00
30	231463	<b>COTA RESERVADA:</b> Guardanapo de papel, cor branca, folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Pacotes com 50 unidades.	Pct.	7.500	R\$	3,66	R\$	27.450,00
31	308249	Luva de segurança amarela, confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho M.	Par	360	R\$	5,24	R\$	1.886,40
32	308249	Luva de segurança amarela, confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho G.	Par	360	R\$	5,71	R\$	2.055,60
33	383407	Luva de procedimento descartável não cirúrgico, de nitrilo, sem pó, tamanho M. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Cx	20	R\$	29,32	R\$	586,40
34	383406	Luva de procedimento descartável não cirúrgico, de nitrilo, sem pó, tamanho G. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Cx	20	R\$	29,30	R\$	586,00
35	307270	Máscara dupla descartável, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Pct.	4	R\$	25,90	R\$	103,60
36	229835	Pá coletora do tipo canguru, com rodinhas. Dimensões: 27,5cm x 27,5cm x 12cm. Embalagem: Unidade.	Und.	12	R\$	63,58	R\$	762,96

37	445781	Pá plástica coletora para lixo, sem tampa, com cabo ergonômico de alumínio de rosquear. Dimensões aproximadas: 30 cm (comprimento) x 30 cm (largura) x 14 cm (altura). Comprimento aproximado do cabo: 80 cm.	Und.	24	R\$	34,25	R\$	822,00
38	470827	Pá com escova, de PVC, com borracha flexível, medidas mínimas: Escova - 24,5cm x 4cm x 8,5cm, Pá - 23,5cm x 32cm x 12cm.	Und.	24	R\$	38,36	R\$	920,64
39	479517	Pano Semi-descartável. Embalagem: Pacote contendo 58 panos.	Pct.	104	R\$	15,53	R\$	1.615,12
40	345985	Pano Limpeza tipo saco alvejado, comprimento de 35cm x 56cm. Embalagem: Unidade.	Und.	96	R\$	4,44	R\$	426,24
41	357462	Pano de Chão Alvejado, tamanho: 80x90. Embalagem: Unidade	Und.	270	R\$	9,66	R\$	2.608,20
42	314743	Papel higiênico, com folha simples, neutro. Dimensões 30cm x 10cm. Pacote contendo 4 rolos.	Pct.	200	R\$	5,72	R\$	1.144,00
43	391712	Pastilha de cloro para tratamento de reservatório de água com teor de Cloro Ativo de 50% p/p. pastilha de 20 g. Pacote com 50 pastilha de 20g.	Pct.	3	R\$	55,96	R\$	167,88
44	253025	Rodo plástico, confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 80 cm. Embalagem: unidade	Und.	40	R\$	37,83	R\$	1.513,20
45	253025	Rodo plástico, confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 60 cm. Embalagem: unidade.	Und.	40	R\$	30,38	R\$	1.215,20
46	238156	Sabão Glicerinado em Barra. Embalagem: Pacote contendo contendo 5 unidades de 200g	Pct.	850	R\$	12,32	R\$	10.472,00
47	391819	Saco estéril com tarja de identificação, adequadas para coleta e armazenagem de alimentos, água e matéria prima, líquidas, semi-sólidas ou sólidas, com capacidade mínima de 532 ml. Pacote com 500 unidades.	Pct.	10	R\$	826,50	R\$	8.265,00
48	307144	Saco transparente de 05 kg. Pacote contendo 1 kg.	Pct.	10	R\$	35,39	R\$	353,90
49	309100	Saco transparente de 10 kg. Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Pct.	30	R\$	43,92	R\$	1.317,60
50	332023	Saco transparente de 20 kg. Embalagem: Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Pct.	20	R\$	65,50	R\$	1.310,00



51	481229	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Pacote com 100 unidades com capacidade para 30L.	Pct.	5	R\$	53,94	R\$ 269,70
52	245714	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Fardo com 100 unidades com capacidade para 150L.	Frd.	30	R\$	100,77	R\$ 3.023,10
53	307322	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Fardo com 50 unidades com capacidade para 200L.	Frd.	150	R\$	89,03	R\$ 13.354,50
54	308569	Touca descartável, com elástico revestido, tamanho único, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Pct.	5	R\$	13,59	R\$ 67,95
55	285634	Vassoura: com cerdas sintéticas em polietileno, com cabo de polietileno, ou metal revestido com polietileno ou madeira revestido com polietileno. Produto leve, reduzindo o esforço durante a limpeza. Base de polietileno medindo 270 mm de comprimento Cerdas sintética de 115 mm. Apresentar amostra.	Und.	150	R\$	35,58	R\$ 5.337,00
56	307429	Vassoura tipo escovão, confeccionada em material de plástico ou metal, com cerdas de nylon. Medidas aproximadas da unidade: 25 cm (largura) x 8,6 cm (altura sem o cabo) x 4,2 cm (profundidade).	Und.	24	R\$	16,50	R\$ 396,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							

1.3. será prorrogado.

2. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇOS**

4.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. **O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.**

5. **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 6. **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA)

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 7. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **XXXXXX**.

7.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9. **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII](#))**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

IV - **Multa:**

- a) Multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))**

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - [PT: 12.364.5013.20RK.0012 - Funcionamento de Instituições Federais no Estado do Acre](#) ;

II - [FONTES: 1000](#) ;

III - [PTRES: 217839](#) ;

IV - [ELEMENTO DE ESPESA: 44.90.52](#)

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 13. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#)

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Rio Branco, integrante da Seção Judiciária do Estado do Acre - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Rio Branco, ..... de ..... de 202.....

Assinado Eletronicamente  
MARGARIDA DE AQUINO CUNHA  
Universidade Federal do Acre

Assinado Eletronicamente  
REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA  
Contratada

#### REFERÊNCIA:

*Modelo adotado e disponibilizado pela Seges/ME e a Advocacia-Geral da União.*

Modelo de Contrato - COMPRAS - MAIO 2023

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia>



Documento assinado eletronicamente por **Itala Ney Oliveira da Rocha, Administradora**, em 05/02/2024, às 12:07, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ufac.br/sei/valida\\_documento](https://sei.ufac.br/sei/valida_documento) ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1175040** e o código CRC **7E9E76AA**.

**Anexo IV - SEI\_UFAC - 1175039 - Minuta de Ata de  
Registro de Precos.pdf**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Pró-Reitoria de Administração  
Diretoria de Contratos e Convênios  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 23107.033556/2023-94

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2023

**Validade da Ata:** 12 meses

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.071.106/0001-37, com endereço no Campus Universitário, Rodovia BR 364, Km 04, bairro Distrito Industrial - CEP 69.920-900, no município de Rio Branco/AC, neste ato representada pela Reitora **MARGARIDA DE AQUINO CUNHA**, nomeada pelo Decreto de 9 de agosto de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2022, Seção 2, página 1, portadora da Matrícula Funcional nº 1222928, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/xxxx, publicada no DOU xxxxxx, processo administrativo nº 23107.033556/2023-94, RESOLVE registrar os preços da empresa xxxxxxxxxxxxxx com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Rio Branco - AC, NIRE xxxxxxxxxxxxxx-1 e CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **Materiais de Higiene e Limpeza para o Restaurante Universitário do Campos Reitor Áulio Gélío Alves de Sousa da Universidade Federal do Acre - UFAC**, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), justificado por enquadrar-se na hipótese do art. 40 Inc. II e nas condições do art. 82 parágrafo 5º, ambos da Lei nº 14.133/2021, e previstas no Art. 3º, Inc. II, do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº xxxxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	283054	Detergente sólido alcalino para máquina de lavar louça industrial, para lavagem de louças, porcelanas, plásticos e demais utensílios através de máquina de lavar louças. aplicação: remoção de gorduras, amidos e resíduos de proteína em máquina de lavar louça industrial; aspecto: sólido; PH: 12,0 a 15,0; composição química: tensoativo não iônico, agente sequestrante, agente alcalinizante princípio ativo: (1%) - 8,0	Cáp	96	R\$ 272,75	R\$ 26.184,00

		- 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água; Cápsula de 4 kg.						
2	282917	Aditivo de secagem para máquina de lavar louças industrial, aditivo de secagem rápida de utensílios; aspecto: líquido; composição química: tensoativo não iônico, amina graxa de coco propoxi-etoxilada, polímero de bloco polietoxi-polipropox e solvente; concentração de uso: 0,2 a 1,0 ml p/ litro de água, ou 1,0 a 2,0 ml p/ gaveta; Bombona de 5 L.	Bb	48	R\$	138,18	R\$	6.632,64
3	296365	Detergente desengordurante não cáustico, aplicação Limpeza de fornos, chapas, coifas sem a necessidade de uso de EPI, não caustico, seguro para a utilização em alumínio; aspecto líquido; PH: 10,0 a 12,5; composição química: tensoativo aniônico e agente sequestrante; princípio ativo; sal de ácido sulfônico linear, sal de ácido glucônico; concentração de uso: 150 a 300 ml por litro de água; Frasco com 1 litro.	Fr.	96	R\$	36,06	R\$	3.461,76
4	416421	Sanitizante clorado para frutas, verduras, legumes e utensílios, Aplicação: desinfecção em cozinhas industriais; aspecto: pó; PH (1%) - 8,0 - 10,5; composição química: agente alcalino e agente sanitizante; princípio ativo: cloro ativo; concentração de uso: 1,0 a 2,0 gramas por litro de água; Balde de 5 kg.	Balde	24	R\$	139,95	R\$	3.358,80
5	456546	Desinfetante Quaternário líquido concentrado, Aplicação: desinfetante a base de quaternário de amônia, para higienização de câmaras frigoríficas, lixo, superfícies e equipamentos; aspecto líquido; PH: 11,5 a 14,5; composição química: tensoativo não aniônico, agente germicida, sequestrante, umectante e alcalinizante; princípio ativo quaternário de amônia e Cloreto de benzalcóneo; Concentração de uso: 4,0 a 6,0 ml por litro de água; Bombona de 5 litros.	Bb	24	R\$	72,05	R\$	1.729,20
		Limpador, desengordurante e desinfetante para uso geral , limpador, desinfetante e desengordurante enzimático para limpeza de pisos sem enxague (limpa, sanitiza com ação desengordurante em uma única etapa). eficiência comprovada na redução de carga						

6	605423	microbiana frente aos microrganismos staphylococcus aureus, salmonella choleraesuis e lysteria monocytogenes, PH 7,0 a 9,0, composição química alcoois graxos etoxilados, alquil propil glucósidos e ácido bórico. Concentração de 15 a 18 ml por litro de água; embalagem. Bombona de 5 litros.	Bb	48	R\$	103,94	R\$	4.989,12
		Sabonete antisséptico para higienização das mãos com triclosan, aplicação limpeza e assepsia das mãos com eficácia contra um amplo espectro de micoorganismos						
7	463131	(Staphylococcus aureus, Escherichia coli, Pseudomonas aeruginosa, e Salmonella choleraesuis); estado físico: líquido viscoso; PH: 5,0 a 8,0; composição química: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, tensoativo anfótero e agente bactericida; princípio ativo: Triclosan; concentração de uso: puro; Galão de 5 litros.	Gl	72	R\$	63,72	R\$	4.587,84
8	380018	Gel higienizante para as mãos, aplicação higienização das mãos com ação bactericida e rápida evaporação sem deixar resíduos; estado físico líquido; PH%: 6,0 – 9,0; Composição química: agente bactericida, expessante, umectante; princípio ativo: álcool etílico; Galão de 5 litros.	Gl	42	R\$	42,72	R\$	1.794,24
9	228220	Óleo Polidor e Protetor para Inox, aplicação para proteção e polimento para superfície de aço inox, alumínio e peças cromadas; faixa de concentração de uso: puro; aspecto liquido; PH de 6,0 a 9,0. Frasco de 1 litro.	Und.	30	R\$	137,45	R\$	4.123,50
10	310507	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Cx	104	R\$	56,37	R\$	5.862,48
11	481012	Álcool à 70° límpido, isento de partículas de suspensão (líquido). Embalagem: Caixa contendo 12 Frascos de 1 litro.	Cx	160	R\$	89,94	R\$	14.390,40
12	253711	Balde de plástico rígido, com capacidade para 12L. Dimensões: 328x299x294mm. Embalagem: Unidade com capacidade para 12 l.	Und.	40	R\$	15,08	R\$	603,20
		Bombona, com duas alças para transporte na parte superior, com tampa						

13	392730	removível, capacidade de 100 litros, material polietileno, aplicação transporte de resíduos, Cor Preta Ou Azul.	Und.	12	R\$	367,85	R\$	4.414,20
14	612245	Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Cx	540	R\$	153,33	R\$	82.798,20
15	612245	<b>COTA RESERVADA:</b> Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 180 ml. Embalagem: Caixa contendo 25 pacotes de 100 unidades.	Cx	180	R\$	153,33	R\$	27.599,40
16	612246	Copo plástico descartável, em polipropileno não tóxico, de 50 ml. Embalagem: Caixa contendo 50 pacotes com 100 unidades.	Cx	100	R\$	139,92	R\$	13.992,00
17	382741	Desinfetante sanitário líquido, bactericida, com aroma de eucalipto ou lavanda. Embalagem: Galão contendo 5l (mínima).	Gl	48	R\$	19,42	R\$	932,16
18	234325	Detergente em pó, específico para lavagem de roupas em máquinas. Embalagem: unidade de 500 g.	Und.	624	R\$	6,92	R\$	4.318,08
19	249894	Detergente líquido, inodoro, neutro, específico para lavagem manual de utensílios de aço inox, plásticos, vidros e porcelanas. Embalagem: Caixa contendo 24 frascos de 500 ml.	Cx	500	R\$	59,30	R\$	29.650,00
20	481020	Esponja dupla face (Fibra e Espuma). Embalagem: Fardo contendo 10 unidades.	Frd.	300	R\$	14,75	R\$	4.425,00
21	312293	Escova de plástico para higienizar alimentos, ergonômica, com cerdas duras e macias. Embalagem: Unidade.	Und.	220	R\$	12,14	R\$	2.670,80
22	609106	Escova de plástico, com cabo longo de 45 cm, para limpeza em geral. Embalagem: Unidade.	Und.	50	R\$	24,38	R\$	1.219,00
23	444268	Escova para limpeza de vidrarias e tubos de ensaio com diâmetro 10mm de comprimento total 250mm. Unidade	Und.	30	R\$	10,85	R\$	325,50
24	481018	Esponja lã de aço pacote. Embalagem: Fardo contendo 14 Pacotes com 08 unidades.	Frd.	108	R\$	46,41	R\$	5.012,28
		Fibra uso geral, constituída por fibra sintética com mineral abrasivo,						

25	458151	dimensões mínimas de 100mm x 230mm. Embalagem: Fardo contendo 10 unidades (mínimo).	Frd.	30	R\$	22,22	R\$	666,60
26	377793	Filme plástico pvc para alimentos, rolo grande com medidas aproximadas de 60cmx700metros.	Und.	24	R\$	115,41	R\$	2.769,84
27	432871	Flanela de microfibra para limpeza, dimensões mínimas: 36x36cm. Embalagem: unidade.	Und.	200	R\$	10,43	R\$	2.086,00
28	419988	Frasco plástico, branco ou transparente, com sistema borrifador e capacidade de armazenamento para 500 mL (no mínimo).	Und.	40	R\$	12,11	R\$	484,40
29	231463	Guardanapo de papel, cor branca, folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Pacotes com 50 unidades.	Pct.	22.500	R\$	3,66	R\$	82.350,00
30	231463	<b>COTA RESERVADA:</b> Guardanapo de papel, cor branca, folhas simples. Dimensões mínimas: 22,5x19,5cm Embalagem: Pacotes com 50 unidades.	Pct.	7.500	R\$	3,66	R\$	27.450,00
31	308249	Luva de segurança amarela, confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho M.	Par	360	R\$	5,24	R\$	1.886,40
32	308249	Luva de segurança amarela, confeccionada com Borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho G.	Par	360	R\$	5,71	R\$	2.055,60
33	383407	Luva de procedimento descartável não cirúrgico, de nitrilo, sem pó, tamanho M. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Cx	20	R\$	29,32	R\$	586,40
34	383406	Luva de procedimento descartável não cirúrgico, de nitrilo, sem pó, tamanho G. Embalagem: Caixa contendo 100 unidades.	Cx	20	R\$	29,30	R\$	586,00
35	307270	Máscara dupla descartável, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Pct.	4	R\$	25,90	R\$	103,60
36	229835	Pá coletora do tipo canguru, com rodinhas. Dimensões: 27,5cm x 27,5cm x 12cm. Embalagem: Unidade.	Und.	12	R\$	63,58	R\$	762,96

37	445781	Pá plástica coletora para lixo, sem tampa, com cabo ergonômico de alumínio de rosquear. Dimensões aproximadas: 30 cm (comprimento) x 30 cm (largura) x 14 cm (altura). Comprimento aproximado do cabo: 80 cm.	Und.	24	R\$	34,25	R\$	822,00
38	470827	Pá com escova, de PVC, com borracha flexível, medidas mínimas: Escova - 24,5cm x 4cm x 8,5cm, Pá - 23,5cm x 32cm x 12cm.	Und.	24	R\$	38,36	R\$	920,64
39	479517	Pano Semi-descartável. Embalagem: Pacote contendo 58 panos.	Pct.	104	R\$	15,53	R\$	1.615,12
40	345985	Pano Limpeza tipo saco alvejado, comprimento de 35cm x 56cm. Embalagem: Unidade.	Und.	96	R\$	4,44	R\$	426,24
41	357462	Pano de Chão Alvejado, tamanho: 80×90. Embalagem: Unidade	Und.	270	R\$	9,66	R\$	2.608,20
42	314743	Papel higiênico, com folha simples, neutro. Dimensões 30cm x 10cm. Pacote contendo 4 rolos.	Pct.	200	R\$	5,72	R\$	1.144,00
43	391712	Pastilha de cloro para tratamento de reservatório de água com teor de Cloro Ativo de 50% p/p. pastilha de 20 g. Pacote com 50 pastilha de 20g.	Pct.	3	R\$	55,96	R\$	167,88
44	253025	Rodo plástico, confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 80 cm. Embalagem: unidade	Und.	40	R\$	37,83	R\$	1.513,20
45	253025	Rodo plástico, confeccionada em material de plástico, com borracha dupla em EVA de 60 cm. Embalagem: unidade.	Und.	40	R\$	30,38	R\$	1.215,20
46	238156	Sabão Glicerinado em Barra. Embalagem: Pacote contendo contendo 5 unidades de 200g	Pct.	850	R\$	12,32	R\$	10.472,00
47	391819	Saco estéril com tarja de identificação, adequadas para coleta e armazenagem de alimentos, água e matéria prima, líquidas, semi-sólidas ou sólidas, com capacidade mínima de 532 ml. Pacote com 500 unidades.	Pct.	10	R\$	826,50	R\$	8.265,00
48	307144	Saco transparente de 05 kg. Pacote contendo 1 kg.	Pct.	10	R\$	35,39	R\$	353,90
49	309100	Saco transparente de 10 kg. Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Pct.	30	R\$	43,92	R\$	1.317,60
50	332023	Saco transparente de 20 kg. Embalagem: Pacote contendo entre 100 a 115 unidades	Pct.	20	R\$	65,50	R\$	1.310,00

51	481229	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Pacote com 100 unidades com capacidade para 30L.	Pct.	5	R\$	53,94	R\$ 269,70
52	245714	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Fardo com 100 unidades com capacidade para 150L.	Frd.	30	R\$	100,77	R\$ 3.023,10
53	307322	Saco plástico reforçado para lixo industrial. Embalagem: Fardo com 50 unidades com capacidade para 200L.	Frd.	150	R\$	89,03	R\$ 13.354,50
54	308569	Touca descartável, com elástico revestido, tamanho único, na cor branca. Embalagem: Pacote contendo 100 unidades.	Pct.	5	R\$	13,59	R\$ 67,95
55	285634	Vassoura: com cerdas sintéticas em polietileno, com cabo de polietileno, ou metal revestido com polietileno ou madeira revestido com polietileno. Produto leve, reduzindo o esforço durante a limpeza. Base de polietileno medindo 270 mm de comprimento Cerdas sintética de 115 mm. Apresentar amostra.	Und.	150	R\$	35,58	R\$ 5.337,00
56	307429	Vassoura tipo escovão, confeccionada em material de plástico ou metal, com cerdas de nylon. Medidas aproximadas da unidade: 25 cm (largura) x 8,6 cm (altura sem o cabo) x 4,2 cm (profundidade).	Und.	24	R\$	16,50	R\$ 396,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade **não** participante

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada,

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Rio Branco/AC para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ATA, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Rio Branco, xx de xxxxx de 2023.

Assinado Eletronicamente

Assinado Eletronicamente

XXXXXXXX

**MARGARIDA DE AQUINO CUNHA**  
Universidade Federal do Acre

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**REFERÊNCIA:**

*Modelo adotado e disponibilizado pela Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo e Ata de Registro de Preços Lei 14.133 maio23*



Documento assinado eletronicamente por **Itala Ney Oliveira da Rocha, Administradora**, em 05/02/2024, às 12:07, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ufac.br/sei/valida\\_documento](https://sei.ufac.br/sei/valida_documento) ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1175039** e o código CRC **10409C7A**.

---

Referência: Processo nº 23107.033556/2023-94

SEI nº 1175039

Criado por [71283358204](#), versão 6 por [71283358204](#) em 05/02/2024 11:48:32.